

ATA

XXXI Concurso para Estágio Remunerado em Direito na Defensoria Pública da União no Amazonas

Comissão Especial para Avaliação das Declarações de Pertencimento à População Preta/Parda

Ata de Reunião nº 01/2024

Data: 21.03.2024

Local: Defensoria Pública da União no Amazonas, Manaus

Presenças:

João Thomas Luchsinger, Defensor Público-Chefe Federal da Defensoria Pública da União no Amazonas;

Maria Josélia Amaral de Menezes, Assistente Social da Defensoria Pública da União no Amazonas;

Convidada: Ana Carolina Amaral de Messias, advogada, cidadã externa à instituição que realiza seleções, com notório saber em políticas de igualdade racial.

Servidor responsável pela ata: Ítalo Guimarães Trindade, Técnico em Assuntos Educacionais da Defensoria Pública da União no Amazonas.

Horário de início: 14:30min (horário Manaus)

Horário de término: 15:00 (horário Manaus)

No dia 21 de março, às quatorze horas e 30 minutos do horário de Brasília (treze horas e 30 minutos de Manaus), na sede da Defensoria Pública da União no Amazonas em Manaus, situado à Rua Santo Antônio - esquina com as ruas Rio Purus e Jutai S/N, Vieiralves - Bairro Nossa Senhora das Graças - CEP 69053-020, realizou-se reunião da Comissão Especial para Avaliação das Declarações de Pertencimento à População Negra, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pela Advogada Dra. Ana Carolina Amaral de Messias, conforme registro que segue: o objetivo da reunião é avaliar o enquadramento dos candidatos inscritos Rafael Rodrigues Nunes, César Conde de Lima Junior, na condição de cotistas. Inicialmente, os membros da Comissão reuniram-se sem a presença dos candidatos, aguardando o primeiro candidato a entrar, conforme o horário fixado para as entrevistas. Logo após a chegada dos candidatos, o primeiro foi chamada a comparecer diante da comissão para o início das entrevistas, seguido posteriormente pelo segundo candidato. Os membros da comissão participaram, conduzindo as entrevistas baseadas em quatro perguntas: nome completo do candidato; qual a área de escolha para o estágio; se haviam preenchido a autodeclaração e as razões pela qual se autodeclaravam negros ou pardos. Cada entrevista durou em média 12 minutos. Terminados os questionamentos aos candidatos, a Comissão passou à deliberação. **Por unanimidade, a Comissão decidiu aprovar a autodeclaração dos dois candidatos, conforme Resolução CSDPU nº 173, de 3 de dezembro de 2020.**

Reunião encerrada. Nada mais havendo a tratar, a Dra. Ana Carolina Amaral de Messias encerrou a reunião, agradecendo a oportunidade. E para constar, eu, Ítalo Guimarães Trindade, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Defensor responsável do XXXI Concurso para Estágio Remunerado em Direito na Defensoria Pública da União no Amazonas.



Documento assinado eletronicamente por **Ítalo Guimarães Trindade, Técnico em Assuntos Educacionais**, em 26/03/2024, às 12:57, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



Documento assinado eletronicamente por **João Thomas Luchsinger, Defensor Público-Chefe**, em 26/03/2024, às 17:40, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **6986297** e o código CRC **A5EE8384**.